

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.043 - RS (2019/0322966-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : TOMÁS ESCOSTEGUY PETTER - RS063931
DIEGO SOUZA GALVAO E OUTRO(S) - RS065378
RECORRIDO : RESSOLI OLIVEIRA
ADVOGADOS : HUMBERTO LODI CHAVES - RS063524
TIAGO ALEXANDRE BELTRAME - RS066196
AGRAVANTE : RESSOLI OLIVEIRA
ADVOGADOS : HUMBERTO LODI CHAVES E OUTRO(S) - RS063524
TIAGO ALEXANDRE BELTRAME - RS066196
AGRAVADO : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : TOMÁS ESCOSTEGUY PETTER - RS063931
DIEGO SOUZA GALVAO E OUTRO(S) - RS065378
CRISTIANE BENITES MICHEL KAMPFF - RS063427

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1042 do NCPC), interposto por RESSOLI OLIVEIRA, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 758/781, e-STJ).

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fls. 535/536, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. BRASIL TELECOM. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SOBRESTAMENTO DO FEITO.

1. Em decorrência do recebimento do pedido de recuperação judicial das sociedades empresárias que compõem o Grupo OI, da qual a parte agravada faz parte, bem como da determinação pelo juízo competente de sobrestamento das execuções promovidas contra elas, a Presidência deste Tribunal de Justiça expediu o Ofício-Circular nº. 004/2016- SECPRES, em que orienta que: "sejam suspensas todas as ações e recursos, execuções e atos tendentes à constrição de bens das recuperandas, que versem sobre o bloqueio ou penhora da quantia, ilíquida ou não, que impliquem em qualquer tipo de perda patrimonial das requerentes ou interfiram na posse de bens afetos à sua atividade empresarial."

2. Recentemente foi proferida decisão no processo de recuperação judicial (Embargos no Agravo de Instrumento nº. 0034576- 58.2016.8.19.0000 julgado pela 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro), em que esclarecidos os requisitos para a suspensão do processo, sendo agora possível a liberação de valores em alguns casos específicos:

(a) Quando o depósito judicial/bloqueio tenha sido realizado pela OI S/A em data anterior a 21.06.2016 ou; (b) Quando acontecer quaisquer das seguintes situações: (i) o depósito tenha sido feito com a expressa finalidade de

pagamento pela OI S/A antes de 21/06/2016; (ii) já tenha ocorrido o trânsito em julgado de embargos à execução ou da impugnação ao cumprimento de sentença, antes de 21/06/2016, ou (iii) já tenha ocorrido a preclusão do incidente de impugnação ao cumprimento de sentença, antes de 21/06/2016.

3. No caso concreto, requerido o cumprimento de sentença, foi efetuado bloqueio no valor de R\$ 104.219,85 em 22.05.2012 (fl. 304 do apenso).

O incidente de impugnação transitou em julgado em 24.05.2018 (fl. 409).

Desse modo, tendo o incidente de impugnação transitado em julgado após a decretação da recuperação judicial (21.6.2016), não há como ser determinada a expedição de alvará.

HABILITAÇÃO RETARDATÁRIA. FACULDADE AO CREDOR. A habilitação do crédito é uma faculdade ao credor e jamais uma imposição, até porque a execução tramita no real interesse do credor.

Todavia, embora não seja obrigatória a habilitação do crédito no juízo da recuperação judicial, para o recebimento do crédito constituído, antes de terminada a recuperação judicial, a sua habilitação torna-se necessária, pois esse é o único meio possível de ver o seu crédito a ser adimplido. Se assim habilitar seu crédito, cabível a extinção da execução e a liberação dos valores depositados em juízo e não utilizados para pagamento, em favor da companhia. Precedente do STJ.

Caso não seja de seu interesse efetuar a habilitação do crédito, cabível a suspensão do feito. Contudo, o prosseguimento da execução individual deverá aguardar o término do Plano de Recuperação Judicial (cerca de 20 anos) para ter seu trâmite normalizado. Precedente do STJ.

APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.

Em suas razões de recurso especial, o recorrente aponta a existência de dissídio jurisprudencial afirmando a necessidade de *"liberação dos valores, mesmo se tratando de crédito concursal"*.

Sustenta, em síntese, que *"a penhora em dinheiro (22.05.2012 - fls. 303/304) se deu muito ANTES do ajuizamento da recuperação judicial (20.06.2016) e o incidente de impugnação à fase de cumprimento de sentença já possui os efeitos da coisa julgada (24.05.2018 - fl. 409), sem qualquer alteração no valor exequendo, razão pela qual deve ser cassado o acórdão recorrido para EXTINGUIR O FEITO, em face do pagamento"*.

Contrarrazões (fls. 747/756, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do recurso especial, sob o fundamento de que aplicáveis ao caso as Súmulas 7 e 83 do STJ.

Daí o presente agravo (art. 1042 do NCPC), buscando destrancar o processamento daquela insurgência.

Contraminuta às fls. 829/840 (e-STJ).

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Com efeito, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior *"tratando-se de crédito derivado de fato ocorrido em momento anterior àquele em que requerida a recuperação judicial, deve ser reconhecida sua sujeição ao plano de soerguimento da sociedade devedora"* (REsp n. 1727771/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI,

TERCEIRA TURMA, julgado em 15/5/2018, Dje 18/5/2018).

Em que pese tal entendimento, "*a habilitação é providência que cabe ao credor, mas a este não se impõe. Caso decida aguardar o término da recuperação para prosseguir na busca individual de seu crédito, é direito que lhe assegura a lei. Porém, admitir que alguns credores que não atenderam ou não puderam atender o prazo para habilitação de créditos submetidos à recuperação (arts. 7º, § 1º, e 52, § 1º, III, da 140979) prossigam com suas execuções individuais ofende a própria lógica do sistema legal aplicável. Importaria em conferir melhor tratamento aos credores não habilitados, além de significar a inviabilidade do plano de reorganização na medida em que parte do patrimônio da sociedade recuperanda poderia ser alienado nas referidas execuções, implicando, assim, a ruptura da indivisibilidade do juízo universal da recuperação e o desatendimento do princípio da preservação da empresa (art. 47 da LF), reitor da recuperação judicial*" (CC 114.952/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/09/2011, DJe 26/09/2011).

2. Na hipótese, a Corte de origem concluiu pela impossibilidade de levantamento de valores bloqueados, diante do fato de ser o crédito concursal, porquanto é relativo a fato anterior ao pedido de recuperação judicial, bem como declarou que habilitação retardatária no juízo da recuperação judicial é uma faculdade do credor, ora agravante.

É, aliás, o que se extrai do seguinte excerto (fls. 542/548, e-STJ):

No caso concreto, requerido o cumprimento de sentença, foi efetuado bloqueio no valor de R\$ 104.219,85 em 22.05.2012 (fl. 304 do apenso).

O incidente de impugnação transitou em julgado em 24.05.2018 (fl. 409).

Desse modo, tendo o incidente de impugnação transitado em julgado após a decretação da recuperação judicial (21.6.2016), não há como ser determinada a expedição de alvará.

(...)

Assim, caso não seja do interesse do credor em habilitar seu crédito, como no caso dos autos, o prosseguimento da execução individual deverá aguardar o término do Plano de Recuperação Judicial (20 anos) para ter seu trâmite normalizado, sendo possível a suspensão do feito.

Sendo assim, o aresto de origem encontra-se em perfeita consonância com a jurisprudência desta Corte, incidindo a Súmula 83 do STJ no ponto, o que obsta o conhecimento do recurso especial por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

3. Do exposto, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c a Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator